

CONTINUIDADE TÓPICA E REFERÊNCIA
EM DUAS NARRATIVAS ORAIS DE UMA CRIANÇA DE 7 ANOS

Joyce Nara Cardoso Soares*

I - INTRODUÇÃO

A noção de texto como agrupamento de palavras escritas, traduzindo uma idéia determinada, noção essa que povoa a maioria das cabeças leigas, não é, do ponto de vista lingüístico, em nada satisfatória, pelo simples fato de que, como evidencia L. A. Marcuschi (1993:26-7), o ser humano "se comunica por textos e não por unidades isoladas". - Isto, é claro, subentende uma verdade óbvia: há textos orais e textos escritos, cada um dos quais com diversos tipos e subtipos adequados às diversas circunstâncias de comunicação: "Um texto é uma unidade em uso. Não é uma unidade gramatical, tal como uma frase ou uma sentença; e não é definido por sua extensão. (...) Um texto é, melhor dizendo, uma unidade SEMÂNTICA: não uma unidade de forma e sim de sentido" (M.A.K. Halliday & R. Hasan apud Marcuschi 1983:9; grifo nosso).

Tendo isso em vista, a ciência da língua, queira-se ou não, necessariamente só pode ser vista com seriedade enquanto lingüística de texto, pois é o texto, e não a palavra, a verdadeira unidade comunicativa, "ato de comunicação unificado num complexo universo de ações humanas" (Fávero 1985:146).

O mais notável é que, a despeito da complexidade desse universo, envolvendo princípios organizacionais extremamente abstratos, mesmo nos anos mais tenros, qualquer criança consegue dominá-lo satisfatoriamente: "o sistema lingüístico dominado pela criança é idêntico para todos os fins práticos ao sistema empregado pelas pessoas que a cercam. As diferenças são realmente mínimas quando se comparam com o vulto dessa realização" (Langacker 1980:20). - E mais, Lyons (1977:187) ressalta que, apesar da controvérsia quanto à aquisição da linguagem, "é suficientemente claro que a aquisição da denotação das palavras não pode ser separada da aquisição do seu sentido", acrescentando: "nem uma nem outra podem ser separadas da aprendizagem da aplicabilidade das pa-

*Professora de Língua Portuguesa

SIGNO, Santa Cruz do Sul, 16(23):5-26, set.1991.

lavras e dos enunciados em situações de utilização concretas" (grifo nosso). Com efeito, se os textos são "unidades em uso", não poderiam ser aprendidos de outra maneira. As palavras de Gonçalves (1989:79) são, de certa forma, sintetizadas: "o processo da aquisição da linguagem é, também, o de desenvolvimento da competência textual."

Essa competência textual (ou comunicativa, conforme Ignácio A. Neis (1984:72-3)), desdobra-se em dois níveis, ou seja, um primeiro (envolvendo as dimensões estrutural e situacional) e um segundo (envolvendo a seleção dos meios lingüísticos adequados a cada tipo de texto). A dimensão estrutural compreende, por sua vez, um esquema formal (que independe de conteúdos) e um esquema convencional (que se adquire cultural ou socialmente), "assimilado pela prática da recepção de textos de determinado tipo e na interação verbal"; a dimensão situacional compreende o "condicionamento da produção verbal pelos diferentes elementos da situação comunicativa." Ambos os níveis se inter-relacionam, e o primeiro determina o segundo.

Além das mencionadas noções sobre competência, Neis (op. cit.), amparado em Wehrlich, distingue cinco tipos estruturais de texto, a saber: descritivo, expositivo, argumentativo, instrutivo e narrativo. Não se tem, aqui, quaisquer intenções de aprofundar tal esquema; o que se quer, tanto quanto possível, é, mencionado, numa rápida pincelada, esse último tipo, o narrativo, colocar em foco o objeto da presente exposição, ou seja, a narrativa infantil, centrada, como toda narrativa, no desenrolar da ação ao longo do tempo, sendo, nos dizeres de Ricardou (apud Neis 1984:74), "um texto referencial com temporalidade representada". - Isso porque, como bem evidencia Gonçalves (1989:79-80), ao se investigar o desenvolvimento da competência lingüística das crianças, nada melhor, para fonte de dados, que os textos orais do tipo narrativo, "pois são (...) organizados por elas para formar um todo discursivo, geralmente sem interferência direta do interlocutor nesta organização", constituindo "seqüência discursiva ininterrupta, não artificial (...), formada de enunciados relacionados, organizados em torno de um assunto", o que permite investigar tanto o uso de recursos coesivos como a constituição de uma continuidade. - Afinal, como expressam Koch & Travaglia (1989:12), a coerência "é vista também como uma continuidade de sentidos perceptível no texto, resultando numa conexão conceitual cognitiva entre elementos do texto."

Para Marcuschi (1983:46-7), é precisamente essa continuidade que constitui "a coerência do texto e se expressa em conceitos e relações (grifo nosso). - Entenda-se "conceitos" como significando constelações de conhecimentos con-

sistentemente estruturadas num todo, em cujo uso ativamos informações armazenadas na memória. Já para uma melhor compreensão de "relações", convém que se examine a opinião de Lyons (1977:471), quando diz que "o vocabulário de uma língua [contém] um certo número de sistemas lexicais cuja estrutura semântica pode ser descrita em função das relações de sentido tanto no plano paradigmático como no sintagmático", sendo que "essas relações devem ser definidas como operando entre as unidades lexicais e não entre os seus sentidos independente determinados" (grifo nosso). Logo, "sentido" de uma palavra é o lugar, por ela ocupado, dentre desse intrincado sistema de relações com outros vocábulos. Sendo assim, "relações", pode-se dizer, são os vínculos referenciais que se estabelecem entre os constituintes do sentido de um texto.

Isso, de certo modo, leva até o tema principal do presente trabalho, que é a investigação, quer da continuidade tópica, quer da referência, em textos infantis. O que seria, pois, referência? Gonçalves (1989:80) diz que ela parece ligada "tanto às relações de coesão quanto às de coerência" e, mencionando Bartlett, "a coerência textual depende em grande medida da capacidade de estabelecimento adequadamente a referência." - Bem, já se comentou, ainda que rapidamente, o que seria coerência; que se passe à coesão, portanto: segundo Halliday & Hasan (apud Moraes 1986:364), ela "ocorre quando a INTERPRETAÇÃO de algum elemento do discurso depende do outro. Um PRESSUPÕE o outro no sentido de que um não pode ser efetivamente decodificado a não ser por recorrência a esse outro", sendo "na relação estabelecida entre estes dois termos, referente e referido, que se forma a força da coesão". Conseqüentemente, o que diferencia um texto de um não texto é a sua textura, formada, justamente, por meio dessa força coesiva: "Para Halliday/Hasan a coesão não é uma relação sintática e sim semântica, determinada pela interpenetração e pela pressuposição. O texto passa a ser uma unidade semântica e não gramatical", isto é, "não consiste em sentenças, (...) apenas se realiza nas sentenças" (Marcuschi 1983:9; grifo nosso).

Pode-se notar que elucidar eficazmente qual seria a exata relação entre referência, coesão e coerência, sendo esses, até hoje, assuntos tão complexos quanto controversos, seria audácia demais. Não obstante, talvez a resposta esteja no fato da referência, como disse Lyons (1977:150), ser "uma noção dependente do enunciado", ligada não somente à estrutura coesiva ou superficial do texto, mas, também, à estrutura profunda, de coerência: referência é "a relação que há entre as palavras e as coisas", na medida que "as palavras não 'significam' nem 'denominam' as coisas, mas se referem às coisas." (Idem 1979:429)

Fávero & Koch (1988:38) resumem a questão de modo bastante simples e esclarecedor: "Os elementos de referência são os itens da língua que, em vez de serem interpretados semanticamente pelo seu sentido próprio, relacionam-se a outros elementos necessários à sua interpretação", podendo ser situacionais (extratextuais, exóforos) ou textuais (endóforos), estes últimos, que são os que nos interessam, sendo, por sua vez, anafóricos ou catafóricos, no caso de, respectivamente, se referirem a um referente anterior ou posterior.

Visto o que seria referência, resta falar algo sobre a continuidade do tópico, palavra que, segundo Pontes (1987:15), "tem sido usada, na literatura sobre discurso, com um sentido mais geral, próximo de 'assunto'" e, conforme Fávero & Koch (op. cit.), é um elemento que desempenha um dos papéis principais na estrutura temática do texto.

"Historicamente, as definições de sujeito e tópico se confundem", declara Pontes (1988:177; grifo nosso):

Tanto um quanto outro parecem corresponder 'aquilo ou aquele de quem se declara alguma coisa'. Sendo assim, qual a necessidade de dois termos, se as definições são iguais? (...) Lyons faz repousar sua distinção na diferença entre pragmática e sintaxe. O sujeito seria o termo sintático que indica o tópico do enunciado. O enunciado é que se constitui em tópico e comentário. A sentença, em sujeito e predicado.

Tópico, por conseguinte, é, na enunciação, o ser ou a entidade de quem se fala. - E continuidade? "Para Givón (...), a continuidade tópica (relativa aos participantes) ou previsibilidade tópica (tendência a repetir o mesmo tópico em vários enunciados) contrasta com a descontinuidade ou surpresa de novos tópicos." (Gonçalves 1989:81) Simplificando: a continuidade (permanência de um mesmo tópico) "é o caso não marcado do discurso", enquanto a descontinuidade (mudança de tópico) "é o caso marcado no discurso" (Idem, op. cit.).

Givón, analisando o problema da continuidade, relacionou as formas marcadas e a continuidade dentro de uma escala (apud Gonçalves 1989:82):

Fig. 1 - Escala de continuidade tópica de Givón

MAIOR CONTINUIDADE

a. Anáfora zero

b. Pronomes presos ou concordância gramatical

- c. Pronomes independentes
 - d. SN DEF deslocado para a direita
 - e. SN DEF
 - f. SN DEF deslocado para a esquerda
 - g. Movimento Y - topicalização contrastiva
 - h. Construções clivadas
- MAIOR DESCONTINUIDADE

No caso do português, a ELIPSE do pronome com marca de concordância gramatical do verbo resume os itens "a" e "b" da escala.

A prof^a Ana Maria Zilles Gonçalves, no curso de Pós-Graduação promovido pelas Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul, "Metodologia da Língua Portuguesa", 1990, disciplina de Lingüística do Texto, apresentou, numa de suas aulas, uma outra escala, amparada em Givón, a qual é de imensa utilidade para o tipo de análise que se pretende doravante fazer, razão por que se segue a transcrição:

Fig. 2 - Escala de continuidade em Português

MAIOR CONTINUIDADE

- a. Elipse e desinência verbal marcando a pessoa
- b. Pronomes pessoais retos
- c. SN DEF
- d. SN deslocado para a esquerda
- e. Construções clivadas
- f. Proposição do sujeito VS
- g. SN IND
- h. Construções apresentativas e existenciais

MENOR CONTINUIDADE

Em função disso, um tópico será descontínuo ao quebrar a continuidade do tópico dominante anterior, podendo-se classificá-lo em: a) totalmente novo e b) reintroduzido (este, definido e aquele, indefinido, respectivamente). É importante lembrar que se pode reintroduzir um tópico mesmo após diversos enunciados sucessivos. Além disso, pode acontecer que o tópico, seja ele reintroduzido, introduzido ou contínuo, compartilhe do mesmo contexto com outros SNs tópicos, o que, segundo Gonçalves (1989:83), "cria um potencial de ambigüidade, especialmente quando compartilham entre si o mesmo gênero semântico e/ou gramatical." Em tais casos, a língua dispõe de diversos recursos para contornar a situação, conforme a supracitada escala evidencia.

O presente trabalho, já foi mencionado, objetiva confirmar se crianças em idade de alfabetização (7 anos) em-

pregam uma tal escala de continuidade na seleção das formas de referência do SN tópico e de que maneira isto se dá. Sendo um estudo de um caso, é contudo, de resultados restritos ainda ao campo das meras conjecturas, mas, mesmo assim, útil, na medida que aponta perspectivas. As questões centrais, estabelecidas a partir de Gonçalves (1989), são:

a) Uma criança de 7 anos utiliza formas mais marcadas - SN IND e SN DEF -, para indicar descontinuidade do tópico e formas menos marcadas - PRONOME e ELIPSE -, para indicar a sua continuidade?

b) Existem, nas narrativas em exame, padrões de referência próprios que marquem os quatro graus de continuidade tópica (introdução de tópico, mudança de tópico, reintrodução e continuidade)?

Para uma caracterização do uso espontâneo da referência em relação ao tópico, de acordo com as observações já antes assinaladas, historinhas infantis são, efetivamente, inextimáveis para estudos lingüísticos dessa natureza. - Para, finalmente, definir "narrativa inventada pela criança", parece excelente o conceito apresentado por Gonçalves (1989:83): é "aquela criada por ela, podendo incluir arquétipos da literatura infantil, mas sem o compromisso de reproduzir material aprendido anteriormente."

Seria isso, em suma. Sem ver a necessidade de maiores detalhes, passar-se-á, sem delongas, à questão da metodologia e da análise propriamente dita, conforme se segue.

II - METODOLOGIA

1. Sujeito

O sujeito é uma criança do sexo masculino, de 7 anos, 2 meses e 12 dias de idade, da classe média baixa, que frequenta a 1ª série da Escola Bruno Agnes, Santa Cruz do Sul.

2. Coleta de dados

As narrativas analisadas foram coletadas através de gravação em fita-cassete.

No caso da primeira historinha, foi utilizada uma gravura mostrando um menino e uma menina com um sorvete (vide apêndice). A segunda foi criada espontaneamente pela criança, sem qualquer instrumento de elicitación.

3. Análise dos dados

Uma vez feita a transcrição, segmentaram-se as narrativas em enunciados, procurando evidenciar, sobretudo as pausas e a entoação.

De acordo com Fávero & Koch (1988:38), há "duas estruturas na língua que intervêm na construção do texto: a temática - em que desempenham papel principal o tópico (ou tema) e o comentário (ou rema) - e a informacional - na qual se distingue o dado do novo -, sendo ambas de natureza claramente discursiva." - Identificou-se, assim, em cada enunciado, o tópico dominante, seguindo os critérios, embasados em Fletcher e Givón, citados por Gonçalves (1989):

- a) o tópico é o SN que refere o personagem sobre quem se fala;
- b) ocupa, em geral, o início do enunciado;
- c) via de regra, corresponde ao sujeito gramatical;
- d) a ele se associa o emprego de pronomes, artigo definido e elipse;
- e) é posto no primeiro plano e recebe foco especial na memória a curto prazo;
- f) para a continuidade de um tópico, são usadas formas menos marcadas (elipse e pronomes) e, para a sua descontinuidade, formas com SN definido e indefinido, mais marcadas;
- g) pode-se marcar a descontinuidade tópica através de estruturas sintáticas especiais, tais como VS (verbo-sujeito), topicalização de objeto ou sentenças clivadas, etc.

Igualmente, seguindo o modelo adotado por Gonçalves (1989:85), classificou-se cada ocorrência de tópico em: a) IT (introdução de tópico), marcando o início da narrativa e a primeira vez em que um referente tópico é mencionado; b) CT (continuidade do tópico), marcando a retomada ininterrupta de um mesmo tópico ao longo de enunciados consecutivos; c) MT (mudança de tópico), marcando a referência a um novo tópico, mesmo que constitua referente introduzido em comentário anterior; d) RT (reintrodução de tópico), marcando o retorno de um tópico já mencionado.

Tenciou-se verificar, por meio dessa classificação, se havia diferentes padrões de expressão do SN para cada nível nas narrativas em estudo. Em tal análise, portanto, foi realizada uma correlação entre os níveis de continuidade acima descritos e as formas de expressão do SN (sintagma nominal definido, SN DEF, sintagma nominal indefinido, SN IND, pronome PRO e ELIPSE).

Entende-se por sintagma nominal SN uma combinação de termos nominais, composta de duas ou mais unidades consecutivas, cuja relação se baseia no caráter linear da língua.

"Colocado num sintagma, um termo só adquire seu valor porque se opõe ao que o precede ou ao que o segue, ou a ambos." (Saussure s.d.: 142) - Trata-se, conseqüentemente, de um "conjunto binário (duas formas combinadas), em que um elemento DETERMINANTE cria um elo de subordinação (v.) com outro elemento, que é DETERMINADO." (Câmara Jr. 1988:223) - De acordo com Lyons (1977:153), SN DEF é um sintagma nominal que faz "referência a indivíduos (ou classes de indivíduos) específicos", podendo, também, ocorrer como o complemento do verbo "ser", tendo, então, "uma função predicativa, e não referencial". Um SN IND é "ou um pronome indefinido ou um sintagma nominal introduzido pelo artigo indefinido" (Id., p. 155).

Quanto aos pronomes, tomando como ponto de partida a definição - substantivos que indicam as pessoas gramaticais -, de Mattoso Câmara Jr. (1988:192), somada às palavras de Lemle (1989:96), "a classe dos nomes abarca os substantivos e os pronomes" e "a função semântica dos nomes é a de referir" (grifo nosso), tem-se que os pronomes são nomes que designam os seres, indicando-os tão somente como pessoa do discurso. Mas não apenas isso: "eles substituem ou ligam um ou outro dos elementos materiais do enunciado", apresentando, por conseguinte, "uma função de 're-apresentação' sintática que se estende assim a termos tomados nas diferentes 'partes do discurso', e que responde à necessidade de economia, substituindo um segmento do enunciado, e mesmo um enunciado inteiro, por um substituto de manuseio mais fácil" (Benveniste 1982:56).

Essa necessidade de economia é, aliás, levada ao extremo no caso da elipse, para a qual se adotou o conceito apresentado em Câmara Jr. (1988:103): "Omissão, numa enunciação lingüística, do termo presente em nosso espírito, porque se depreende do contexto geral ou da situação", o que, para Fávero & Koch (1988:40), corresponde à "substituição por zero (\emptyset)".

III - RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. Padrões de introdução do tópico

Um tópico é introduzido quando um determinado referente é mencionado pela primeira vez, centralizando as atenções.

Apoiada em Karmiloff-Smith e McGann & Schwaetz, lê-se, em Gonçalves (1989:85): "Trata-se de expressão referencial identificadora, geralmente associada ao emprego do

artigo indefinido (...). Este referente costuma ser, nas narrativas infantis, o personagem principal".

Lyons (1977:148) reforça essa posição: "No caso de frases que apenas contêm uma expressão referencial, a expressão que usamos a fim de referir aquilo sobre que estamos a falar é, tipicamente, o sujeito da frase, que é combinado com uma expressão predicativa", acrescentando que, entre as expressões referenciais, há as que se referem a indivíduos (expressões singulares) e a classes de indivíduos (expressões gerais), podendo-se, da mesma forma, distinguir as expressões referentes a um indivíduo ou classe específicos (expressões específicas) das que não o fazem (expressões indefinidas). - "Do ponto de vista gramatical, podemos reconhecer três tipos principais de expressões singulares definidas: (a) sintagmas nominais definidos, (b) nomes próprios e (c) pronomes pessoais" (grifo nosso).

Observa-se que a criança em estudo demonstra, com relação à introdução de tópico, dois comportamentos distintos: a segunda história, inventada espontânea e livremente, começa com a expressão apresentativa/existencial "Era uma vez", seguida do SN IND "um coelhinho", ao passo que a primeira, motivada, com nome próprio, o qual, segundo Lyons (op. cit.), tal como o SN DEF, é uma expressão singular definida. - Isto, sem dúvida, se explica pelo fato de a gravadora funcionar como fundo, dispensando-se, assim, maiores detalhes por parte do emissor. Não deixa de ser, igualmente, uma demonstração da compreensão e uso, pela criança, já na idade de sete anos, do "princípio de cooperação" de Grice (1982:87), atendendo, no caso, à máxima de quantidade: "faça com que sua contribuição seja tão informativa quanto requerido" e "não faça sua contribuição mais informativa do que é requerido". O receptor sabe que se trata de uma menina, pois a tem bem diante de seus olhos, não é preciso, por conseguinte, dizer o óbvio. - O nome, sim, é necessário, porque é ele que vai diferenciar um personagem do outro, definindo-lhes os papéis e ajudando a evitar ambigüidades.

Há outra coisa interessante que ocorreu nesta história: ao contrário do que em geral ocorre (e que no início foi comentado), o referente introduzido em primeiro lugar não é o protagonista: "Alessandra um dia estava passeando por aí, de repente Juju veio." Se a menina ia ter alguma relevância na história, o menino rouba-lhe a cena: desde o início, a ele cabem todas as iniciativas - ele como agente, e ela, paciente -, o que indica, indubitavelmente, uma inversão. "Juju saiu e encontrou Alessandra passeando", essa é a idéia.

2. Padrões de mudança de tópico

Com relação à mudança de tópico, na primeira história verifica-se a ocorrência de nome próprio, "Juju", e SN DEF, "a mãe dele", ambas expressões referenciais definidas, o que já foi explicado, tem, provavelmente, a ver com o contexto de produção.

Já na segunda historinha, a mudança se faz por SN IND, "uma onça com muita fome" (grifo nosso), o que se pode considerar, segundo Lyons (1977:157), uma expressão "dotada de referência específica indefinida", uma vez tomada como expressão referencial. Não se trata de uma onça qualquer, mas um indivíduo específico. - Incluiríamos tal caso entre os 29% mencionados em Gonçalves (1989:87), de primeira menção do referente.

De modo geral, pode-se notar que a criança, de fato, marca a descontinuidade, como se pode verificar consultando Givón. - Isso, de acordo com Gonçalves (op. cit.), "parece indicar competência textual", já que a criança seleciona as formas de referência conforme "uma escala de continuidade tópica, empregando formas marcadas para indicar descontinuidade" (lembrando e salientando sempre que se tratam de impressões baseadas num universo bastante limitado, duas histórias de uma única criança, o que não pode, conseqüentemente, servir de comprovação científica confiável a quaisquer teorias, salvo como direcionamento para futuras pesquisas).

3. Padrões de reintrodução

Como já foi dito, a reintrodução consiste na retomada de um tópico já mencionado, constituindo, ao mesmo tempo, "descontinuidade (em relação ao tópico imediatamente anterior) e continuidade (em relação ao discurso precedente a uma certa distância). A expectativa é, então, de maior incidência de SN DEF, por ser menos contínuo e mais explícito que elipse e pronome e por ser um padrão de 2ª menção." (Gonçalves 1989:88).

Na primeira história, "Alessandra é Juju", conforme se pode observar no esquema 1 (vide apêndice), ocorre somente uma reintrodução de tópico (RT2). Já na segunda história, "O coelhinho", os tópicos são retomados repetidamente: T1 é reintroduzido seis vezes; T2, cinco. - O interessante é que essas retomadas se dão num ritmo próprio, longe de ser irregular.

O recurso para reintrodução de tópico se faz, no primeiro caso, pela repetição do nome próprio "Juju" (o que, conforme já foi visto, é uma expressão singular definida); no

segundo caso, a reintrodução se dá pelo uso de SN DEF ("o coelhinho" - T1 - e "a onça" - T2), com uma exceção, porém: quando T1 é retomado pela última vez, em lugar de SN DEF, um pronome ("ele") foi empregado. De acordo com as observações de Gonçalves (1989:89), também aqui se verifica o mesmo procedimento apontado por Karmiloff Smith: "a criança segue uma estratégia específica de reservar o pronome para o sujeito temático/personagem principal."

4. Padrões de continuidade do tópico

O SN IND e SN DEF são formas mais marcadas, que indicam certa descontinuidade (maior e menor, respectivamente); já a elipse e o pronome, menos marcados, são, por outro lado, bons indicadores de continuidade tópica.

As histórias em questão, grosso modo, enquadram-se nessa regra; contudo, há alguns senões:

- a) em "Alessandra e Juju", CT2 se dá por elipse, com exceção da penúltima ocorrência, em que a criança faz uso de reiteração, algo, aliás, perfeitamente aceitável dentro da teoria de Halliday: "A coesão lexical é obtida através da reiteração de itens lexicais idênticos ou que possuam o mesmo referente, isto é, de termos sinônimos ou palavras afins, que pertençam a um mesmo campo lexical (Fávero & Koch 1988:42);
- b) em "O coelhinho", CT1 se dá: por elipse, cinco vezes; por repetição ou reiteração do SN DEF, duas; por pronome, quatro; CT2 ocorre: por repetição lexical, duas vezes, e por elipse, uma.

Veja-se o quadro a seguir, em que a continuidade do tópico se conjuga ao tipo de SN, incluindo ocorrências e percentagens:

Fig. 3 - Continuidade do tópico x tipo de SN

	HISTÓRIA 1		HISTÓRIA 2	
	ocor.	%	ocor.	%
SN DEF	0	0	4	28,57
Nome próprio	1	20	0	0
PRO	0	0	4	28,57
ELIPSE	4	80	6	42,85

Considerando-se ambas as histórias, nota-se que as elipses somam 52,63% e os pronomes, 21,05%. Juntos, são 73,68% - percentual mais que suficiente para evidenciar um

adequado manejo da escala de continuidade.

5. Padrões globais de continuidade

Com as análises feitas até o momento, tem-se:

Fig. 4 - Quadro geral dos padrões de referência do SN em relação aos níveis de continuidade tópica

Nível de continuidade	Tipo de SN	Total de ocor.	%
IT	nome próprio	1	50,00
	SN IND	1	50,00
MT	SN IND	1	33,33
	nome pr.	2	66,66
	SN DEF PRO	0	0
RT	nome pr.	11	91,66
	SN DEF	1	8,33
	PRO ELIPSE	0	0
CT	nome pr.	5	26,31
	SN DEF	0	0
	SN IND	0	0
	PRO ELIPSE	4 10	21,05 52,63

Assim, considerando padrão percentuais iguais ou superiores a 50%, verifica-se a possibilidade de traçar uma escala, conforme se segue:

IT - SN IND (50%)

MT - SN DEF (66,66%)

RT - SN DEF (91,66%), sendo PRO (8,33%)

CT - ELIPSE (52,63%), sendo PRO (21,05%)

Tais resultados coincidem, de certa maneira, com os apresentados por Gonçalves (1989:92): "Os extremos da escala são SN IND (maior descontinuidade) e ELIPSE (maior continuidade). SN DEF parece marcar o ponto medial com valores de continuidade e descontinuidade. O pronome parece ocupar posi-

ção intermediária entre ELIPSE e SN DEF, onde tem valor de continuidade."

Nenhuma falha significativa na aplicação da escala foi verificada.

IV - CONCLUSÃO

Através do presente trabalho, procurou-se investigar como se estabelece a referência em narrativas orais de uma criança de sete anos.

A partir de duas narrativas, uma delas obtida por sugestão de uma gravura, e a outra, sem outro tipo de eliciação além do pedido verbal de "inventar uma historinha", gravadas, ambas, em fita-cassete, para posterior transcrição, efetuou-se uma rápida análise enfocando o tema referência.

Em virtude da abrangência do tema, optou-se pelo exame das relações entre continuidade do tópico e formas de expressão do SN tópico, tentando desvendar em que medida uma criança de sete anos se vale de uma escala de continuidade tópica na escolha de formas de referência do SN tópico e como essa escala se caracteriza.

Tal hipótese foi levantada com base no trabalho apresentado por Gonçalves (1989), que, a partir de Givón e Fletcher, procurou investigar de que maneira a "seleção das formas de expressão do SN tópico é controlada pelo grau de continuidade de cada SN tópico em relação ao(s) tópico(s) anterior(es)", efetuando-se a análise distinguindo-se quatro níveis de continuidade do tópico (a saber: introdução, mudança, reintrodução e continuidade) e quatro formas de SN(SN IND, SN DEF, pronome e elipse).

Obteve-se, como principal resultado, a confirmação da hipótese traçada; a criança fez uso dos padrões de referência previstos, com formas mais marcadas para indicar descontinuidade e menos marcadas para continuidade, o que corrobora, até certo ponto (em vista dos limites do corpus examinado), a pesquisa empreendida por Gonçalves (1989:93): "Do ponto de vista da competência textual, parece possível afirmar que a continuidade tópica organiza a referência, controla os processos anafóricos, contribuindo para a coesão e a coerência dos textos narrativos orais produzidos pelas crianças".

No caso de uma comparação entre ambas as histórias, verifica-se que, no que tange à referência, a linguagem da criança diverge em função da abstração ou não-abstração físi-

ca do referente motivador, já que a ilustração, conforme comentávamos no item que trata dos padrões de introdução do tópico, funciona como parte do texto definindo o personagem e dispensando, logicamente, o uso de SN IND, pois tanto quem fala como quem ouve o têm diante dos olhos, desenhado (o que não acontece na história do coelhinho, que, antes de ser definido, precisa ser apresentado pelo locutor ao seu ouvinte: "um coelhinho" qualquer, sobre quem vai contar algo - e então prossegue com "o coelhinho...", já que estará claro que se trata daquele coelhinho, de quem se está falando na história, e não outro).

São dois exemplos bem simples, duas historinhas singelas, mas que evidenciam uma capacidade lingüística em franco desenvolvimento, sinais evidentes de competência textual, até mesmo no modo com que tal criança (que, pelas teorias piagetianas, seria, talvez, tida como egocêntrica) compartilhou suas idéias, tão cooperativamente, adaptando sua linguagem a cada situação específica. - O que confirma e reafirma as palavras de Langacker (1980:20): "o sistema lingüístico dominado pela criança é idêntico para todos os fins práticos ao sistema empregado pelas pessoas que a cercam. As diferenças são realmente mínimas quando se comparam com o vulto dessa realização."

V - BIBLIOGRAFIA

- 1 - BEVENISTE, Émile. A natureza dos pronomes. In: Dascal, Marcelo (org). Fundamentos metodológicos de lingüística. Campinas, Inst. de Est. da UNICAMP, 1982. v.4.
- 2 - CÂMARA JR., J. Mattoso. Dicionário de lingüística e gramática. 14.ed. Petrópolis, Vozes, 1988.
- 3 - FÁVERO, Leonor Lopes. Mesa redonda: Lingüística textual. Guia de Estudos Lingüísticos. 10(1):146-152, 1985.
- 4 - FÁVERO, Leonor Lopes & KOCH, Ingedore G. Villaça. Lingüística textual: introdução. 2.ed. São Paulo, Cortez, 1988.
- 5 - GONÇALVES, Ana Maria Zilles. Continuidade tópica e referência em narrativas orais de crianças de 4 a 6 anos. Letras de Hoje. Porto Alegre, PUCRS, 24(4):79-95, 1989.

- 6 - GRICE, H. Paul. Lógica e conversação. In: Dascal, Marcelo (org.) Fundamentos metodológicos de lingüística. Campinas, Inst. de Est. da UNICAMP, 1982. v.4.
- 7 - KOCH, Ingedore Grunfeld & TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Texto e coerência. São Paulo, Cortez, 1989.
- 8 - LANGACKER, Ronald W. A linguagem e sua estrutura. 4.ed. Petrópolis, Vozes, 1980.
- 9 - LEMLE, Miriam. Análise sintática: teoria geral e descrição do português. 2.ed. São Paulo, Ática, 1989.
- 10- LYONS, John. Introdução à lingüística. São Paulo, Companhia Editora Nacional/Univ. de São Paulo, 1979.
- 11- _____. Semântica. Lisboa, Editorial Presença/Martins Fontes, 1977. v.1.
- 12- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Lingüística de texto: o que é e como se faz. Recife, U.F. Pernambuco, 1983 (Série Debates, 1)
- 13- MORAES, Olinda Martins. Um estudo das relações de coesão em português. Letras & Letras. Uberlândia, 2(2):359-384, dez., 1986.
- 14- NEIS, Ignácio Antonio. Problemas de tipologia do texto narrativo. ABRALIN - Boletim. Porto Alegre, PUC/UFRGS (6)72-81, 1984.
- 15- PONTES, Eunice. O tópico em português do Brasil. Campinas, Pontes, 1987.
- 16- _____. Sujeito: da sintaxe ao discurso. São Paulo, Ática, 1986.
- 17- SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de lingüística geral. 11.ed. São Paulo, Cultrix, s.d.

VI - APÊNDICE

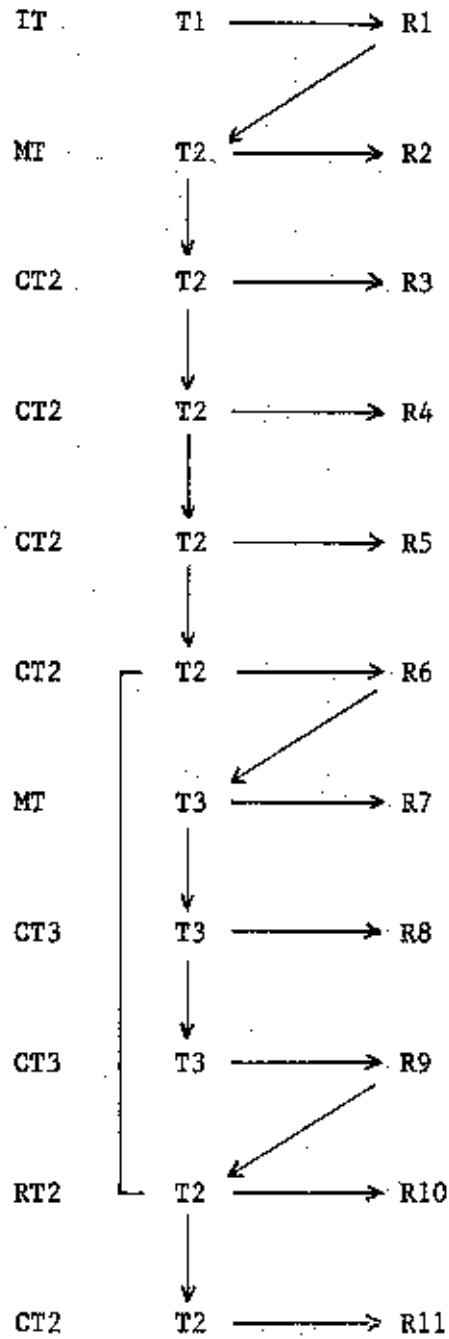
ALESSANDRA E JUJU (COM GRAVURA)

Alessandra um dia estava passeando por aí, de repente Juju veio././ Tirou a bonequinha dela que ela tinha e o sorvete dela././ Também tirou o sapato dela. /./ daí, Juju foi correndo pra casinha dele, daí././ a mãe dele perguntou././ Juju, o que é isso, uma boneca? Guri não brinca com boneca! /./ Daí ela disse././ "Do que é esse sorvete././ se ninguém te deu dinheiro pra comprá esse sorvete? /./ daí, hum, e daí a mãe, do Juju, disse /./ "e porque esse sapato aí se tu tem um montão de sapato? /./ daí, Juju ficou tão envergonhado, tão envergonhado mesmo que, foi devolvê a, as coisa da Alessandra. Terminô.

O COELHINHO (ESPONTÂNEA)

Era uma vez um coelhinho. O coelhinho estava passando por aí, de repente apareceu uma onça, com muita fome /./ daí o coelhinho viu a onça, e, fugiu! fugiu, fugiu, fugiu, e a onça atrás, correndo, correndo, correndo, correndo /./ o, o coelhinho trepou na árvore, e a onça ficou lá, arranhando a árvore pra pegá o coelhinho. A onça não conseguiu, a onça desistiu e foi pra toca dela /./ daí o, o coelhinho ficou em paz /./ ele foi pra co, toquinha dele e dormiu././.../ Da ma././ de manhã cedo, o coelhinho se acordou já tava na toca da onça /./ daí, quando a onça ia pegá o coelhinho, o coelhinho escapou. /./ O coelhinho correu ligeiríssimo pra sua toca, fechou a casinha e, ficou lá descansando, descansando, descansando, atéêê /./ chegá domingo././.../ Daí, ele alevantou um pouquinho a portinhola e espiou ali com o olho, pra vê se a onça não tava ali /./ daí /./ ele viu que não tava a onça, a onça tava atrás da, da tampinha, assim, da casinha dele, daí, quando o coelhinho saiu pra fora, a onça quase pegou a orelhinha dele! /./ Daí ele fugiu. Fugiu, fugiu, fugiu, láãã pra outra floresta, lá pra Rio de Janeiro /./ daí lá ele ficou em paz, feliz para sempre. Terminou a história.

Esquema 1 - ALESSANDRA E JUJU



Esquema 2 - O COELHINHO

